

XXIX Encontro Anual da ANPOCS,
25 a 29 de outubro de 2005

GT-17: Pessoa, família e ethos religioso

A família denominada evangélica

De Marcos Vinício de Santana Pereira

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo em um capítulo revisado da tese de mestrado de minha autoria intitulada “*Eu e minha casa serviremos ao Senhor: ações e estratégias de ascensão social de famílias batistas*”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação da FFCH da UFBA, sob orientação da professora Iracema Brandão Guimarães, defendido no ano de 2003. Entretanto, para que o capítulo se adequasse ao formato de *paper* para o *GT- Pessoa, família e ethos religioso*, resolvi, meio a contragosto, deixar de lado algumas discussões teóricas da sociologia da religião e da família, que estão incluídas no texto original, mas que me pareceram desnecessárias em razão das dimensões reduzidas de um artigo. De qualquer forma, o leitor mais atento poderá verificar que este *paper* contém, ainda que em diminuídas porções, a essência do que me propus a discutir (e assim o fiz) no texto original.

Neste *paper*, considerei importante impor uma narrativa etnográfica, inspirada no material fruto de anotações, entrevistas e observações de agentes religiosos e fiéis. Chamo atenção que este material, em sua grande parte, foi

extraído durante meu trabalho de campo em uma agremiação religiosa batista situada na periferia de Salvador, conhecida como Subúrbio Ferroviário, entre os bairros de Plataforma e São João do Cabrito. Algumas, porém, foram de pequenas incursões feitas em uma igreja chamada Igreja Gloriosa de Jesus Cristo, na região denominada de Cidade Baixa, no bairro de Massaranduba (sic), e outras em um templo da Assembléia de Deus situado em um dos bairros de maior densidade populacional conhecido como Liberdade. Em ambas, os achados foram úteis apenas para efeito de comparação e análise da ação religiosa dos membros da Igreja Batista de Plataforma (IBP).

A escolha da Igreja Batista de Plataforma¹ surgiu do desafio de compreender o empreendimento religioso batista no subúrbio de Salvador. Diferente das igrejas localizadas no centro da cidade, cujo rol de membro é constituído majoritariamente de indivíduos residentes em bairros diversos, as igrejas do subúrbio contêm um traço característico comum: os membros são reconhecidos primeiro como vizinhos ou moradores do espaço local. Este aspecto é sem dúvida um componente essencial para as análises da atuação das famílias na Igreja. O fato de transcenderem além da simples identificação religiosa facilita a efetuação dos compromissos acordados na igreja. Isto porque o bairro assume um lugar comum no cotidiano dos membros da IBP, diminuindo a distância das relações face-a-face típicas do mundo moderno.

Mayol expõe tacitamente a importância do bairro como espaço privilegiado do reconhecimento público. Segundo ele o bairro “(...) surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ela a pé saindo de sua casa” (MAYOL, 1996, p.46). Nessa perspectiva, encontramos a conveniência de ser membro da igreja batista do bairro, um ingrediente fundamental para o andamento das práticas religiosas. O bairro é o

¹ A igreja, como o próprio nome declara, encontra situada no bairro de Plataforma. Segundo dados do censo de 2000 (IBGE, 2000) o bairro possui cerca de 21.971 residentes. Como a pesquisa abrangeu também moradores de São João do Cabrito, uma subdivisão do bairro de Plataforma, a amostra populacional totaliza, em números absolutos, 38.635 habitantes. A igreja localiza-se atualmente na rua principal denominada Úrsula Catharino, embora, conforme aponta os antigos registros da igreja, a primeira ata de reunião foi lavrada em 1906 numa pequena casa situada na Rua dos Ferroviários, São João do Cabrito

espaço social onde é possível encontrar o vizinho da mesma fé, de abordar o amigo descrente que adia sempre aquela visita a igreja, de rever o “irmão afastado da igreja” e de realizar atividades externas com a participação da membresia. Outra característica é o caráter assistencialista presente no bairro. Ajudar o outro e prestar bons serviços ao vizinho, inclusive quando este é membro da igreja, torna-se o fator essencial para manutenção de uma boa convivência.

Foi partindo desses pressupostos que considerei viável uma análise mais detida de famílias que atuam em uma igreja de bairros populares e periféricos. Faço essa distinção em virtude das diferenças que são notadas em igrejas situadas no centro da cidade, como demonstra a Igreja Batista de Sião, localizada na avenida 7 de Setembro, Salvador. Sua membresia é composta de pessoas oriundas de diferentes bairros, alguns até do Subúrbio. Em virtude do rol de membros ser social e espacialmente tão distintos, os encontros, reuniões e atividades são realizadas exclusivamente no templo da igreja, através de contatos telefônicos, avisos em murais ou lembretes ditados oralmente nos cultos de domingo. Na Igreja Batista de Plataforma, ao contrário, as possibilidades de diversificarem as práticas desenvolvidas na igreja são maiores, devido às circunstâncias provenientes da proximidade. Se um membro, por exemplo, chegou atrasado para participar de uma atividade externa, certamente ele encontrará facilidades de achar o grupo de membros que seguiram para aquela rua, casa ou praça porque são lugares conhecidos e não alheios ao seu conhecimento.

Durante várias idas e caminhadas às principais ruas de Plataforma, não foi difícil visualizar os encontros que eram efetuados em residências. Sempre havia duas ou mais pessoas em direção a uma casa para ensaio, oração ou estudo bíblico, reforçando a integração própria de uma igreja de bairro. Mas, o vizinho é apenas uma categoria formadora dessa confiabilidade coletiva. Se a igreja não fosse o índice referencial para constituição de redes de solidariedade e confiança no interior da membresia, as mesmas redes seriam débeis e sem sentido.

Tomando essas esses elementos para o meu trabalho, a primeira versão do projeto teve como análise a perda do carisma do pastor. Sustentava, naquela ocasião, a hipótese de que esta perda era proveniente das decisões de famílias

pioneiras (famílias constituída de antigos membros e descendentes filiados desde a organização da igreja) e da fiação de uma rede de solidariedade e confiabilidade que se formava em torno delas. Assim, lancei-me ao trabalho de campo com a certeza de que minhas inquietações estariam finalmente à prova e com a leve convicção de que os achados da pesquisa empírica confirmariam as hipóteses iniciais declaradas no projeto. As freqüentes idas à igreja e as constantes observações, entrevistas e simplesmente conversas informais com agentes religiosos e fiéis levaram-me, entretanto, a revisar a constituição da versão inicial.

Quando analisamos, por exemplo, a hierarquização e as relações de poder nas igrejas batistas percebemos uma diferença. Aqui o pastor assume uma posição relativamente superior e ao mesmo tempo subalterna, porque a idéia de uma comunidade religiosa, a igreja visível, terá um peso maior nas decisões mais importantes. O pastor, portanto, seria um funcionário da igreja, o responsável pelos sermões dominicais (ou, segundo Weber, da prédica) e aquele que orienta da melhor maneira a relação entre o fiel e o divino. A denominação Batista, por outro lado, traz consigo um elemento importante, subjacente à sua doutrina: o caráter supostamente democrático de decidir os rumos da instituição. Isto revela um campo onde a individualidade e a constituição de tendências (doutrinárias ou não) emergem através das assembléias administrativas, onde o pastor deve permanecer submisso às decisões da igreja porque, segundo afirmam os próprios membros, a assembléia é soberana. Com esse novo elemento, percebi que uma nova hipótese estava a se configurar.

Se na versão inicial considerei então viável a hipótese da reprodução do poder, esses novos elementos, devidamente coletados da pesquisa de campo, fizeram-me refletir sobre os pioneiros da IBP. Estes, portanto, eram na primeira década do último século artesãos, operários, pequenos comerciantes e jovens aprendizes; pessoas que desafiaram o domínio católico, aderindo a um tipo de cristandade estranha aos hábitos religiosos do bairro (predominantemente católicos). Contudo, a fidelidade dos pioneiros aos costumes da nova fé não se reproduziu com o mesmo vigor entre seus descendentes por diversos motivos, os quais tentarei sintetizar em duas linhas de explicação: a incompatibilidade da fé

protestante com as práticas do catolicismo no bairro e a mobilidade social das famílias.

As dúvidas em seguir os rígidos princípios de uma moralidade protestante em um ambiente sincrético-religioso, traço característico do catolicismo baiano, tornavam as adesões muito precárias, o que explica o elevado número de abandonos e exclusões durante as primeiras décadas relatadas no livro das atas de 1920-1941. Por outro lado, à medida que as famílias ascendiam socialmente, seus vínculos com a igreja e o bairro se distanciavam em virtude das necessidades de deslocamento espacial, como atestam as transferências² nas primeiras décadas para outras igrejas da mesma ordem e fé. As observações feitas em 1999 concorreram também para atestar que a maioria dos descendentes já não morava no bairro, ou eram membros de outras denominações, ou estavam reduzidos a um ou dois representantes na igreja.

Tomando como base essas observações, achei correto reescrever aquela hipótese que deitava no pioneirismo de algumas famílias o bem simbólico-religioso mais importante para o monopólio da direção da igreja. Embora o domínio de gerações de uma mesma família (ou mais) seja um fato comum entre os batistas, este nepotismo religioso não se firmou na história da IBP. Sendo sua clientela de baixa renda, as famílias buscavam-na mais pelo desejo de superarem as agruras de uma vida sofrível e sem perspectivas. Isto me fez perceber que o controle dos bens religiosos continuava ainda no domínio de algumas famílias, mas essas não eram necessariamente pioneiras. Havia famílias com 20 anos de ingresso cujos

² Alguns sociólogos atribuem o fenômeno dos abandonos e transferências ao trânsito religioso, como marcas de um novo tipo de religiosidade (MACHADO, 1996, p.53) ou sugerem a pluralização da oferta religiosa (FRIGERIO, 2000, p.126). Mas seria incongruente relacionar essas causas enquanto fenômeno desencadeador das incertezas religiosas nas primeiras décadas do século XX. A Salvador dos anos 20, 30 e 40 foi marcada pela existência dos batistas e presbiterianos, sendo que as demais (episcopais e metodistas) apenas direcionavam suas atividades a porções da população estrangeira que habitavam na cidade. Alguns escritos batistas da época demonstravam uma preocupação com as primeiras incursões missionárias adventistas na Bahia mas tratava-se de investidas menos audaciosas. As outras expressões religiosas, não classificadas como protestantes históricas, ganharam visibilidade na Bahia a partir dos anos 40, com a consolidação do pentecostalismo iniciado de forma pioneira pela Assembléia de Deus. Contudo, a consolidação de um mercado de bens religiosos somente ganhou fôlego no final dos anos 70, quando as grandes corporações religiosas estrangeiras sedimentaram suas matrizes no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, iniciava-se um fenômeno religioso que atingiu seu ápice em 1990 denominado pelos historiadores da religião de "Teologia da prosperidade".

membros detêm cargos de liderança e influência entre os fiéis da igreja. Algumas delas famílias souberam conjugar a atitude religiosa por uma necessidade, interna aos seus interesses, de acumulação de bens. Em outras palavras, a participação na igreja para o monopólio sobre a oferta dos bens religiosos, enquadrava-se entre essas famílias como estratégia de ascensão social.

Traçando todo o percurso propriamente da pesquisa, passo agora para o item seguinte do artigo que propõe relatar o envolvimento de pessoas e famílias que militam em instituições evangélicas. Embora não fosse da proposta do GT-17 fazer uma discussão sobre gênero, masculinidade e feminilidade, não pude me escusar de incluir essas dimensões perpassam no conjunto das práticas religiosas. O *ethos* religioso, corporificado nas ações de agentes e fiéis, expõe muitas vezes atitudes que podem (e devem!) ser classificadas de cor, gênero e geração. Por outro lado, quando citamos em nossa análise a categoria “família”, falamos de representações do masculino e do feminino, de práticas associadas a gênero e geração, além de outras questões implícitas à esfera privada. E, no objeto desta pesquisa, essas representações são provenientes de uma interpretação do divino compartilhado entre agentes e fiéis que participam de um determinado credo religioso.

2- Pessoas, Famílias e ethos religioso

No campo religioso são inúmeras as igrejas que sustentam diferentes teogonias, sempre subordinadas às interpretações – o que corresponde ao campo da exegese bíblica – que cada uma faz a respeito do mundo, da vida e de si mesma. No tocante à esfera privada, a postura também não é diferente, muito embora seja do consenso geral classificar a família denominada evangélica como patriarcal, ascética e detentora de uma rígida moralidade. Em contrapartida, um diagnóstico mais detalhado contrasta com esta suposta inexorabilidade. Segundo uma pesquisa do IBGE³, em parceria com o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), a família evangélica possui um perfil relativamente adaptado às condições modernas. Como prova dessa secularização, está o uso cada vez mais

³ IBGE/ISER, 2003.

alargado de contraceptivos entre as evangélicas casadas, a aceitação de uma moral sexual menos desigual e o crescente número de divórcios.

Embora os evangélicos estejam mais propensos a uma abertura ou incorporação de práticas seculares, as objeções às “coisas mundanas” permanecem como limite de suas ações, diferenciando o espaço santo daquele denominado de profano. As escolhas e preferências de parceiros, por exemplo, são sempre de afiliados da igreja de origem revelando, nessa atitude, uma aversão aos “homens do mundo” ou às “mulheres mundanas e, por outro lado, uma prova de fidelidade às normas e costumes da igreja, como revela Machado: “(...) a rigidez dos costumes e as normas das Igrejas levam os jovens a namorar e buscar seus parceiros na própria comunidade” (MACHADO, 1993, p.54).

A maioria das igrejas evangélicas é constituída de famílias cujos membros são de diferentes credos ou simplesmente “do mundo”⁴. A filiação geralmente é solitária cabendo ao recém-convertido o dever de conquistar os demais membros da família para a comunidade religiosa. Mas a adesão solitária tem implicações mais graves no âmbito do casamento. Geralmente é comum encontrar mulheres rogando deprecações para seus maridos descrentes quando estes ameaçam sair de casa se suas companheiras continuarem freqüentando a “igreja dos crentes”.

A unidade de estilo, gostos e práticas das famílias evangélicas seguem a lógica da interpretação doutrinária e do costume da igreja em relação ao sagrado. Naquelas igrejas situadas em bairros nobres é possível observar uma certa abertura aos processos mais amplos da sociedade. Isto se traduz pelo número de bens materiais e simbólicos demandados pelos membros que representam aquelas franjas sociais mais abastadas da sociedade. Ao passo que, nos bairros populares, proliferam as igrejas de forte apelo emocional as quais fundamentam a fé “(...) em uma promessa de redenção do sofrimento, e no apelo da providência capaz de dar sentido ao que são a partir do que virão a ser” (BOURDIEU, 2000,

⁴ “Ser do mundo” ou “... é do mundo” são expressões corriqueiras do meio evangélico e tem, com efeito, determinar limites ou reprovar o sentido de certas práticas sociais. Dessa noção geram os tabus e proibições, que demarcam o uso de roupas, o namoro da filha e do filho, a classificação de certas práticas consideradas condizentes ou não com a doutrina da igreja.

p.87). Nessas igrejas de caráter popular a divisão entre o sagrado e profano é mais acentuado, gerando regras e costumes mais rígidos. Em uma desconhecida agremiação evangélica chamada Igreja Gloriosa de Jesus Cristo (IGJC), por exemplo, a constante vigilância sobre a vida de seus congregados marca esta dualidade entre sagrado-profano. Antigamente, os adolescentes da igreja podiam escolher seus parceiros no “mundo” e alguns eram até estimulados a escolher moças ou rapazes ditos “decentes”. Mas essas relações culminaram em problemas para a igreja – ausência nos cultos, indisciplina e problemas com os pais - a qual, por determinação do conselho de membros, resolveu proibir os adolescentes (para os adultos está regra já existia) de namorarem pessoas do “mundo”, ou seja, pessoas não-afiliadas da igreja.

Nessa igreja um outro fator muito comum é a classificação das vestes femininas. As blusas com “alcinhas” são desaconselhadas para culto, embora as mulheres possam usá-las em casa ou na rua. Esta norma, contudo, trouxe algumas dificuldades de compreensão para algumas mulheres que sempre foram usuárias das blusas consideradas insinuantes pelo conselho de membros, formado exclusivamente de homens. Uma delas recomendou uma “fita métrica” para medir se esta ou aquela roupa poderia ser usada já que para ela seria impossível a medida considerada - um membro do conselho de membros havia recomendado somente o uso de blusas de acima de três dedos - devido às diferenças anatômicas das mãos. Da mesma forma as saias de cintura baixa são proibidas para uso na igreja porque a borda da calcinha é vista sem muita dificuldade pelos homens. A maquiagem feminina só é permitida em casamentos onde os vestidos mais suntuosos são desfilados porque “... o *dia* (ou seja, a ocasião) *permite*”. Nos dias de culto, os homens são aconselhados a usarem calça social (o jeans somente nos dias onde não há culto) porque o domingo é um dia especial, o dia do Senhor. Seja em orações privadas ou em pequenas reuniões se um “varão” estiver presente, a este será confiado à honra de pelo menos fazer oração inicial e final nas atividades religiosas porque esta “*é da vontade de Deus*”.

Embora as mulheres sejam impedidas de realizarem ou presidirem determinados cargos, o número de mulheres em atividade na igreja é muito maior

em relação aos homens. Elas pregam, cuidam do espaço infantil, realizam palestras, administram a biblioteca, o canto sacro, recebem os convidados e zelam pela limpeza. A manutenção das instalações elétricas e aqueles serviços de grande dispêndio físico são as poucas atividades realizadas exclusivamente pelos homens. Para os membros da IGJC, a masculinidade e feminilidade estão ancoradas nos preceitos éticos e nos adágios bíblicos. O provérbio de Salomão “*A mulher sábia edifica sua casa*” é repetido várias vezes por algumas, querendo demonstrar que a boa manutenção da casa depende tão-somente da inteligência feminina.

Nas chamadas igrejas neopentecostais algumas características do mundo secular são aceitas sem maiores reservas e as regras de comportamento, sobretudo na relação com os jovens, são menos rigorosas. Não obstante, nas igrejas batistas seguir a tradição pode significar um discurso simplesmente vazio para boa parte da membresia, composta essencialmente de jovens, ansiosa em “modernizar” alguns componentes da prática religiosa e das normas de comportamento geral - como observei na Igreja Batista de Plataforma - ou simplesmente manter as formas consideradas originais, discurso que geralmente se impõe entre os mais antigos da igreja.

Modernizar o culto reproduz ao mesmo tempo opiniões diversas entre as classes de membros de uma determinada comunidade religiosa. A igreja é o espaço ordenado onde o divino encontra-se presente em toda sua plenitude. Em contrapartida, o profano é o lugar do não-divino (o espaço demonizado) e que se manifesta ordinariamente no cotidiano das pessoas. Trazer o “mundanismo” para a igreja pode implicar em desordem para o ambiente supostamente “santo”. Mas, saber diferenciar o santo do profano ou determinar certas práticas como profanas ou não, não é uma tarefa fácil. Na verdade não há um consenso entre a membresia e as opiniões diferenciadas traduzem os conflitos de geração.

A respeito da modernização, o historiador Azevedo descreve os conflitos produzidos no interior das igrejas:

Quando essas igrejas adotam posturas em direção a um desenho mais confortável e mais sofisticado dos seus templos, a uma

educação teológica formal de seus pastores, a uma profissionalização dos seus líderes, a uma secularização das restrições impostas no campo da chamada moral dos costumes e a uma elevação da qualidade editorial e gráfica das suas publicações, entre outros aspectos, do seu interior irrompem outros grupos, a pretexto de retomar a vocação originária da igreja (AZEVEDO, 2001,p.46)

Em entrevistas com alguns membros mais antigos da Igreja Batista de Plataforma (IBP), por exemplo, as queixas mais comuns giravam em torno das roupas femininas e das músicas (consideradas “barulhentas” ou impróprias para o culto). Algumas senhoras lembravam que quando eram mocinhas eram constrangidas a usarem somente saias ou vestidos. Hoje sentem a ausência desse controle reclamando principalmente da liberdade que as jovens da igreja têm no uso da calça e outras vestimentas mais “insinuantes” ou, simplesmente, “mundanas”.

Concernente a musica, alguns antigos qualificam também de mundanas algumas canções executadas pela mocidade da igreja. Os mais jovens são fãs de ritmos mais sincopados (rock, pop-rock, reggae e axé) que são entoados nos cultos com letras de conteúdo bíblico. Os mais antigos adeptos do hinário batista, um conjunto de canções de origem anglo-americana que datam dos séculos XVIII ao XIX, mas versado em língua portuguesa e executado tradicionalmente em ritmo de marcha.

Recentemente, algumas jovens da IBP conseguiram introduzir uma prática chamada pelos batistas tradicionais de “coreografia” – seria mais confortável chamá-lo de pantomima, mas é possível verificar também alguns passos de balé clássico e dança moderna – onde as performances do grupo juvenil ainda causam certo incômodo para os mais antigos, que costumam classificá-las de dança e, portanto, imprópria para culto. Somente o termo “coreografia” já é motivo para calorosas discussões no segmento batista. Nas igrejas batistas em células e algumas da Convenção Batista Nacional é possível encontrar o termo “balé” ou “ministério de dança”. Para o pastor Alberto da IBP, “coreografia” é apenas um termo atenuante porque se fosse classificado como um grupo de dança

certamente seria impossível a sua inserção na igreja devido a presença dos mais antigos. Assim, ainda que haja manifestações contrárias em torno das performances coreográficas, o pastor prefere acomodar a situação porque seria mais uma alternativa para as jovens permanecerem no templo, evitando possíveis abandonos.

Ainda sobre a batista de Plataforma, as práticas de gênero não diferem muito das demais igrejas evangélicas tradicionais. Em uma entrevista realizada com um diácono, este revelou algumas de suas atitudes e impressões em relação ao seu casamento. Sendo membro de uma igreja batista casou-se, mesmo sabendo dos embaraços que poderiam acarretar para sua comunidade religiosa, com uma adepta da Igreja Adventista do Sétimo dia⁹. O casamento, porém, não interrompeu sua esperança de convencer a esposa de filiar-se à Igreja Batista. O fato de a esposa ser membro de uma denominação, considerada seita entre os evangélicos tradicionais, impeliu o diácono a fazer uma ampla investigação sobre a origem e as doutrinas dos adventistas para tentar dissuadi-la a abandonar a suposta seita. Seu esforço foi em vão. Mesmo assim, as glórias acumuladas pela esposa na sua carreira de advogada são sempre atribuídas pelo marido como decorrentes da fé adventista. Outra vez, quando a esposa conseguiu curar-se de um câncer da mama, a cura foi atribuída ao período em que, convencida momentaneamente, freqüentara, durante o tratamento intensivo de quimioterapia, a igreja do esposo embora mais tarde voltasse à sua igreja de origem. Na entrevista ele deixa clara a inutilidade da confissão religiosa da esposa ao reproduzir alguns momentos de depressão a qual ela passou durante a sua enfermidade: “(...) *Tá vendo aí? Se você tivesse lá na igreja (na igreja batista) nós oraríamos e você já estaria curada*” (DANIEL, 10/04/2003).

O casal possui dois filhos: uma filha que segue a mãe e a avó materna nos cultos da adventista e o caçula, sempre acompanhado pelo pai, já integrado

⁹ Os evangélicos, de um modo geral, consideram os Adventistas do Sétimo Dia como uma seita e não igreja. No quadro "relação de oposição" em *Religião e Identidade Nacional (Gaal, 1988)*, Carlos Rodrigues Brandão classifica os adventistas na coluna *cristianismo não-evangélico*. Esta classificação demonstra o nível das relações sociais de conotação religiosa entre as igrejas, separando "simbolicamente o legítimo do ilegítimo". Esta deslegitimação passa por critérios de origem doutrinária ou pela conduta do seu principal fundador.

socialmente na escola bíblica juvenil da igreja batista. O diácono é o único dos entrevistados que preza pela educação religiosa dos filhos. Isto se explica por causa da influência dos parentes adventistas da família da esposa (inclusive a própria sogra), combatida zelosamente por ele. A maioria dos entrevistados do gênero masculino confere à esposa o cuidado pela educação religiosa.

Entre os batistas a tarefa na educação religiosa – seja ela institucional ou apenas contida informalmente na esfera privada – tem uma atribuição feminina. Essa também é a conclusão de Teixeira: *“Em geral a responsabilidade da vigilância sobre a disciplina ético-religiosa dos filhos menores recai sobre o cônjuge batista, sendo, provavelmente, de mais fácil realização se esse cônjuge for a mãe”* (TEIXEIRA, 1980, p.100)

Ser educadora religiosa¹¹ é, em semelhança ao masculinizado ofício de pastor, uma maneira de conferir à mulher uma função exclusiva no universo batista. Este é o único ofício tipicamente feminino já que os demais – missionários, pastores, diáconos e professores em geral – são exclusivamente masculinos ou divididos por ambos os gêneros. Na igreja batista de Plataforma, há uma profissional de ensino religioso. A irmã Rosângela, como é conhecida pelos membros, é formada em educação religiosa pelo seminário batista de Salvador sendo também licenciada em pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia. Sua função limita-se a organizar a escola bíblica dominical da igreja e realizar eventos – acampamentos, retiros, encontros de casais e cursos de liderança - entre as diferentes faixas etárias bem como definir a literatura religiosa para os departamentos da igreja.

Ao ser entrevistada sobre seu ofício, a professora Rosângela enfatizou a atuação das mulheres nas dependências da igreja. Segundo ela o *“ministério das mulheres é muito grande”*, querendo atribuir o termo “ministério” ao conjunto de práticas religiosas assumidas pelas mulheres. O pastor, entretanto, não sabe

¹¹ Em algumas igrejas, as educadoras religiosas são remuneradas para desempenharem seu ofício. É comum, porém, a mulher do pastor assumir o cargo já que geralmente são formadas em educação religiosa (muitos seminaristas conhecem suas futuras esposas nos seminários quando ambos ainda estão formação: os primeiros para pastores e as últimas para educadoras).

quantificar o número de cargos exercidos pela membresia feminina, mas, observando o movimento constante durante a semana, é presumível concluir que elas são numericamente superiores é o que demonstra o exemplo a seguir.

Algumas mulheres da IBP, com idade acima de 50 anos, reúnem-se regularmente para orações e estudos. Elas são membros da Sociedade Feminina Missionária (SFM), muito comum nas igrejas batistas. A presença maciça das “sócias” (assim são chamadas as integrantes do grupo) da SFM contrasta com a pífia presença da sua antítese masculina comumente conhecida no seio batista de Grupo de Ação Missionária (GAM). As reuniões do GAM são atualmente realizadas com um quorum mínimo de participantes devido ao pouco interesse despertado pelos homens da igreja. A situação chegou a ser tão periclitante que o presidente do GAM chegou a fazer um apelo constrangedor em público para tentar incentivar os homens a participarem das reuniões.

A fidelidade religiosa assume um grau de importância para o fiel a ponto de sobrepujar laços de confiança e solidariedade familiar. Segundo Teixeira:

A necessidade de manter a família dentro dos padrões de comportamento diferentes dos vigentes na sociedade ampla, sobretudo aqueles ligados à moral sexual, às modas femininas, ao relacionamento com o próximo, leva-a a superar a solidariedade natural em relação aos seus membros assumindo uma postura legalista e por vezes antinatural quando se trata de preservar o valor maior que é a fidelidade religiosa (TEIXEIRA, 1980, p.109)

Revelar ao pastor, por exemplo, que o filho está em “pecado” ou que sua filha está em conflito com o esposo, traz menos problemas para o suposto delator que, livre dá má consciência, tornar-se-ia isento do chamado “pecar por omissão”. Ou, desejando que o nefando pecado não caia ao conhecimento da igreja é melhor, portanto, que apenas o pastor tenha a ciência dos fatos para não provocar o chamado “escândalo para igreja”. Esta situação é muito típica quando o membro batizado se une amorosamente a uma pessoa infiel (uma pessoa não afiliada).

São as chamadas uniões mistas, principalmente se o parceiro ou a parceira for católico⁷ ou simplesmente “do mundo”.

Nas atas antigas da igreja Batista de Plataforma, eram imputadas algumas penalidades das quais havia a suspensão temporária dos cargos ou, quando o caso era considerado muito grave, a supressão do nome do transgressor do rol de membros da igreja (pena máxima). Mas, dos casos em que constatei a aplicabilidade da pena sobre uniões mistas – nem sempre era possível perceber por causa da qualidade da redação do texto geralmente muito evasivo e pouco descritivo – eram os transgressores mulheres.

Os casos que resumidamente serão mencionados comprovam, ainda que comedidamente, diferenças de gênero na formação institucional dessa igreja. A regra rezava uma certa isonomia em termos de gênero, contudo sugeria uma real disposição de se omitir fatos envolvendo uniões amorosas mistas, devido à publicidade inerente da ata, quando o culpado era do gênero masculino. Esta suposta omissão pode ser justificada sugerindo duas hipóteses: a primeira porque os fatos compreendem um recorte temporal que nos remete às décadas de 20 e 30 do século anterior, onde havia um acentuado controle patriarcal em todas as instâncias sociais; e, segundo, pela maneira como os antigos membros da igreja interpretavam a condição feminina segundo os preceitos bíblicos.

Começarei citando o caso de uma senhora de nome Isabel que em 1926 era congregada da igreja e resolveu proferir a fé (pedir o seu batismo) depois do seu casamento com um infiel. O seu batismo foi negado. Um ano antes, uma senhora que *“voluntariamente se apresentou perante a nossa igreja pedindo aceitação como membro”* (LIVRO 1 DAS ATAS) teve o seu pedido em discussão porque ela já tinha sido antes eliminada da Primeira Igreja Batista do Brasil por *“se haver casada com um infiel”* (IDEM). Na época, o missionário americano que administrava a igreja resolveu cuidar, ele próprio, do caso.

Quando o motivo era discórdia ou afastamento do leito matrimonial o membro poderia ser também eliminado. É o caso de uma mulher, em 1930, onde

⁷ Os evangélicos de um modo geral consideram os católicos como infiéis.

seu caso é descrito de maneira enfática: *“Novamente chegou aos ouvidos da Igreja por intermédio da comissão de visitas da mesma, a vida irregular da irmã Francisca Romana pelo motivo de estar vivendo separada do seu esposo por motivo de discórdia”* (IDEM). Em 1936, a mesma mulher que tinha sido eliminada e depois de reintegrada, não se sabe quando devido às ambigüidades contidas nas atas, é novamente excluída do rol de membros *“por trazer escândalos e pelo descaso que esta vinha fazendo”* (IDEM).

Em 1937, uma senhora participa à igreja o casamento de sua filha, batizada, e pede orações porque *“o noivo... não é crente em Jesus Cristo”* (IDEM). Este novo evento traz à luz as mudanças que vigorava na igreja naquele período. A sua filha não foi excluída e não se sabe se ela realmente realizou o casamento até mesmo na igreja porque não consta nas atas seguintes. É interessante constatar que três anos depois a igreja elaborava mudanças nos estatutos o que permite concluir que uma nova geração estava a compor os quadros de conduta da igreja.

Hoje nenhum membro batizado é afastado por haver casado com uma pessoa não afiliada. A depender do pastor e/ou da decisão dos membros em sessão administrativa, um casal misto poderá realizar a cerimônia de casamento até mesmo nas dependências da igreja. Mas, o ideal de casamento sempre será aquele em que os cônjuges sejam membros da mesma ordem denominacional ou, quiçá, da mesma igreja local. Há, porém, um consenso que permeia na igreja sobre a verdadeira união matrimonial. E esta se inicia quando ambos, marido e mulher, são considerados *“servos de Deus”* pela comunidade religiosa.

Em certa ocasião entrevistei uma mulher, membro da igreja desde a adolescência, que resolveu pagar ônus de um casamento misto, mesmo sendo advertida quanto aos *“inconvenientes”* de uma relação com um tipo *“infiel”*:

Na época do meu casamento quem fez o casamento foi o pr. Társito. Nós marcamos a data do casamento. O Pastor Társito, a principio, se queixou muito, ele teve até o cuidado de vir na minha casa pra me aconselhar e tudo mais. Mas, é aquela coisa : quando você chega a uma idade – eu me casei com 31 anos idade – eu tava desesperada (risos). Eu tava desesperada achando que se eu não me casasse eu ia ficar encalhada. Burrice

da minha cabeça. Hoje é que eu estou. Houve aquela pressão de mãe, houve pressão de parentes, de pastor, mas eu mesma quis casar. Agora hoje há aquela questão: por eu ser mulher separada livre, porque ele já possui outra família, eu não posso ter um namorado, deu pra você entender? Enquanto eu não legalizar a minha situação (..) Eu não posso ter um namorado porque se a igreja vier a saber automaticamente eu sou excluída da igreja (REGINA, 10/05/2003)

A situação dessa mulher de 41 anos mostra-nos como sua condição de mulher, não separada judicialmente, traz para a igreja uma série de implicações sócio-simbólicas. Se ela namorar, mesmo sendo o parceiro solteiro, ela estará em pecado de adultério e conseqüentemente causando escândalos para a comunidade religiosa. Resta-lhe, então, uma única saída: divorcia-se, judicialmente, do seu antigo parceiro. Caso contrário, ela estará sujeita a eliminação do seu nome do rol de membros. Ao admitir que somente estará livre para um novo relacionamento com o divórcio, ela demonstra uma certa incômodidade com sua situação: *"(...)então, pra eu ter um namorado eu tenho que ter aquele namorado do período de adolescente: escondido, tudo abafado, pra que as pessoas não saibam. É incrível! Eu com 41 anos tenho que me submeter a este tipo de coisa!"* (REGINA, 10/05/2003)

A noção de adultério nem sempre é classificada da mesma forma pelas demais igrejas evangélicas. É o que ocorre com os membros da Igreja Gloriosa de Jesus Cristo. Se, por exemplo, antes da adesão religiosa um membro continuar casado, judicialmente, com o seu antigo conjugê ele terá a permissão de namorar conquanto o seu novo parceiro seja solteiro, membro de uma igreja evangélica (não necessariamente da sua igreja local) e que ambos possam conviver em abstinência sexual durante a relação de namoro. Obviamente, nesta situação fica subtendido que eles só estarão livres para co-habitar e fruir, naturalmente, do prazer sexual após o parceiro cumprir a pendência do divórcio e, posteriormente, do seu novo casamento.

Na Igreja Batista de Plataforma, a tarefa de aconselhar um casal em conflito matrimonial é exclusivamente do Pastor. A existência de um conselho de

membros que integram o chamado “Ministério da família e ação social” auxilia o pastor nessa tarefa. Em entrevista com um dos casais, os casos mais freqüentes eram de desentendimento ou brigas motivadas principalmente por ciúmes. Alguns casais eram admoestados em visitas repentinas feitas pelos ministros, mas os casos mais graves eram levados ao conhecimento do pastor. Na ocasião da entrevista, os ministros manifestavam descontentamento porque muitos casais buscavam primeiro o aconselhamento pastoral, desrespeitando o procedimento adotado pela própria igreja.

A classificação de práticas associada a gênero caracteriza o campo religioso como um componente altamente diferenciado. A mulher é considerada a adjutora do marido, aquela que administra o lar e que cuida da educação religiosa dos filhos. Por sua vez, as atividades eclesiais de referência feminina reproduzem os mesmos papéis que são ordinariamente desempenhados na esfera privada e sagrados ao regime patriarcal dominante, as quais sejam: mãe, educadora e administradora do lar.

Os papéis masculinos são aqueles que ganham uma visibilidade maior pelo grau de importância simbólica. Fazer o sermão noturno dominical, por exemplo, denota ser uma tarefa exclusivamente masculina porque demonstra ser mais respeitoso e menos sujeito às súbitas “paixões de ordem carnal” do público. Somente em algumas igrejas neopentecostais podemos assistir uma adaptação, ainda não submetida a algumas análises sociológicas mais fecundas, aos processos sociais que encaminham para uma igualdade de papéis de gêneros. Em igrejas como a Renascer em Cristo e Casa da Bênção são comuns as ordenações de mulheres para o ofício de pastoras e bispas, respectivamente.

As imposições e limites que mulheres encontram nos templos evangélicos encaminham alternativas, do lado feminino, com o fim de superar as barreiras de gênero. Um exemplo peculiar é o que acontece nas terças-feiras no templo da Igreja Assembléia de Deus do bairro da Liberdade, quando uma mulher conhecida como a profetiza Maria Aguiar realiza o *culto das maravilhas*. Nessa denominação há pelo menos mais três mulheres que realizam o concorrido culto em diversas filiais. Elas não são pastoras, porém vivem como se fossem afinal são respeitadas

e atraem multidões não só para assistir as sessões, mas para ouvir as suas prédicas. O ofício da profecia tem sido uma atribuição tipicamente feminina nas igrejas pentecostais, o que aponta para uma estratégia de gênero bem definida por essas mulheres evangélicas.

As profetizas da Assembléia de Deus têm regalias na igreja. Todas vivem em razão do ofício: recebem doações, dormem em aposentos oferecidos pelos fiéis, recebem alimentação e transporte. Elas são uma ameaça para os pastores da Assembléia de Deus devido ao carisma que possuem. Por causa disso as profetizas são impedidas de atuarem aos fins de semana onde a presença maciça da membresia assembleiana é predominantemente maior o que não ocorre durante os cultos da semana, ministrados pelas profetizas, quando há um público diverso, composto de vários credos. Por outro lado, grande parte dos cismas que ocorrem nessas igrejas está no crédito manifesto de um grupo de fiéis à aquele que, no dizer de Bourdieu, possui as "propriedade simbólicas" na eficácia de um ato religioso. Na Igreja da Assembléia de Deus da Vasco da Gama, por exemplo, uma profetiza decidiu por conta própria organizar sua igreja, já que seu ofício lhe havia proporcionado muitos seguidores. Além do ofício de profetiza, esta arrogou para si o título de pastora. E na Igreja Casa da Benção, algumas pastoras assumiram o ministério pastoral após um currículo de profecias e rituais de curas bem sucedidas.

As entrevistas realizadas entre os membros da IBP, além das observações periódicas das atividades realizadas pelos mesmos, apontam para proeminência de duas famílias, as quais acumulam os cargos de maior responsabilidade. Sendo famílias numerosas, as possibilidades de assumirem cargos de maior visibilidade na igreja se tornam maiores quando a adesão é compartilhada pela maioria dos parentes e agregados, provocando naturalmente o reconhecimento do público freqüentador da instituição. As famílias, geralmente, realizam atividades em conjunto ou preferem atuar em setores específicos na igreja. Na IBP, por exemplo, há uma família cujos membros atuam preferencialmente na área musical (comumente conhecida de "ministério do louvor"), estando presente dominicalmente nos cultos matinais e noturnos. Outras, no entanto, espalham-se

entre os diversos departamentos da instituição religiosa e, desse modo, tendem a acumular o maior número de bens religiosos.

Quando os cismas ocorrem por conta das profetizas surge um novo consenso e corolariamente atitudes e práticas. Essas crises irrompem porque o campo religioso revela significativamente tendências contraditórias entre seus agentes. As oposições, contudo, traduzem os interesses de classe, de opinião e de poder além de manifestações puramente religiosas e institucionais. E são exatamente esses quisitos que darão a ordem contingencial de um determinado credo religioso.

As famílias de sobrenome Monteiro e Pereira foram aquelas que juntas administram os cargos de maior visibilidade. É verdade, porém, que somente a família Pereira obtém a fatia dos cargos mais importantes da instituição porque são atribuições administrativas. Em relação à primeira, sua devoção à área musical demonstra uma preocupação menor com os aspectos racionais da instituição, buscando as formas ritualísticas mediadas pela música. Entretanto, o número de membros da família Monteiro na área musical, não diminui a importância desse particular grupo de parentesco. Sua chegada a IBP ocorreu em razão de casamentos com membros da instituição onde duas mulheres da família contraíram matrimônio com dois membros representantes de famílias antigas da igreja. A presença das duas mulheres membros da instituição conduziu uma outra representante, que anos mais tarde se casaria com outro filiado da IBP.

Essa relação interna entre membros de famílias ocorre naturalmente em razão da preocupação que a instituição denota com os casamentos mistos. Os membros são motivados a arranjar parceiros filiados da instituição porque além garantir a família no espaço institucional, mantém sempre a possibilidade de aumentar o capital da igreja e, na direção inversa, o capital religioso da família. Quem se casa com membros da própria instituição consegue compor uma rede de confiança e solidariedade em virtude das relações de contra-parentesco. É o caso da família Monteiro cuja presença na área musical – um total oito membros entre cunhados, irmãos, genros e primos – faz um dos membros da própria família

concordar : "(...) a Monteiro ela domina em termos de liderança e de decisão mas na música a família Monteiro lidera assim também" (NUNO, 02/06/2003).

A posição social das famílias mais representativas demonstram a preocupação que as mesmas têm em relação ao poder aquisitivo. Os membros da família Pereira têm ocupações cuja renda são maiores que cinco salários mínimos. O principal chefe da família é um aposentado da CBTU cujos proventos da aposentadoria chegam a oito salários mínimos. Como seus filhos (sublinho apenas aqueles que são membros da igreja) já são casados, todos têm uma renda salarial superior a cinco salários mínimos. Apenas um não reside em Plataforma, deslocando para a igreja através de carro próprio. Em relação à escolaridade dois possuem nível superior e os demais nível médio completo. Alguns membros da família estão ainda em formação escolar

3- Conclusão

Este artigo destinou-se a descrever as práticas religiosas de famílias em três igrejas evangélicas. Sei que a pesquisa não abrangeu um universo considerado de igrejas evangélicas, que pode querer ser presunçoso demais o desejo de nomear o termo "evangélico", querendo supor que uma pequena de três igrejas seria o suficiente para compreender totalmente todo o imaginário religioso evangélico no Brasil. Sei que um trabalho dessa envergadura demandaria tempo e fôlego. Mesmo assim, achei conveniente deixar a classificação "evangélica", porque assim são chamados – e eles mesmos, agentes e fiéis religiosos, identificam-se como evangélicos - e também como desafio e provocação desejando, no calor das discussões, colher excelentes frutos.

Referência Biográfica:

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas, SP : Papyrus, 1996.

_____. *Poder Simbólico*. 4ed., Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

_____ *Economia das trocas simbólicas*. 5ªed., São Paulo :
Perspectiva, 2000.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 2000.

LARSCH, Cristopher. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou
instituição sitiada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACHADO, Maria das Dores. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na
esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PEREIRA, J. Reis. *História dos Batistas no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: JUERP,
2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A volta de Deus. Folha de São Paulo Mais!*
.19.05.2002, pp.8-11.

TEIXEIRA, Marly Geralda. *Os Batistas na Bahia (1882-195) : um estudo de
historia social*. Salvador : UFBa, 1977.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. 11 ed., São Paulo:
Pioneira, 1996.

_____. *Economia e Sociedade*. 3ªed., Brasília: UNB, 2000